

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.389, DE 2004

Dispõe sobre a gratuidade do traslado interestadual de cadáveres ou restos mortais humanos, bem como de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante, por empresas brasileiras de transporte aéreo.

Autor: Deputado JOÃO CAMPOS

Relator: Deputado CLEBER VERDE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 4.389, de 2004, de autoria do Deputado João Campos, pretende tornar gratuito, em todo o território nacional, o traslado interestadual, feito pelas empresas brasileiras de transporte aéreo, de cadáveres ou restos mortais humanos, bem como de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante.

A gratuidade ficaria vinculada à situação de pobreza dos familiares sobreviventes, segundo declaração a ser expedida por um deles. Quanto ao transporte de órgãos e tecidos para transplante, eles só poderão ser transportados após autorização, identificação e acondicionamento adequado para transporte aéreo pelas Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos – CNCDO. As despesas com as passagens da equipe médica responsável pela remoção dos órgãos e tecidos para transplante serão ressarcidas com recursos do Sistema Único de Saúde – SUS.

Como justificativa, o autor sustenta que a morte de um ente querido é um dos momentos mais tristes para a família. O óbito pode

acontecer longe da cidade natal e dos familiares. Em alguns casos, a família não possui recursos para pagamentos das despesas relativas ao traslado do corpo do local em que ocorreu o óbito para a cidade natal, local em que se deseja realizar o sepultamento.

Acrescenta o autor que, nos casos de transplantes de órgãos e tecidos, os custos do transporte pode inviabilizar o procedimento e, conseqüentemente, impedir que outras pessoas sejam beneficiadas. Por isso, entende que a proposta poderá resolver os referidos óbices e contribuir para minorar o sofrimento daqueles beneficiados pelo projeto.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família; de Viação e Transportes; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, não foram apresentadas emendas ao projeto no decurso do prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família se manifestar acerca do mérito do projeto no que tange aos aspectos relativos à saúde, previdência e assistência social, nos termos do inciso XVII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Diante dessa delimitação, a matéria deve ser considerada conveniente e oportuna.

O Brasil é um país de vasta extensão territorial e em que os movimentos migratórios são relativamente altos. É algo bastante comum o cidadão deixar sua terra natal em busca de melhores condições de vida nas cidades mais desenvolvidas e com melhor infra-estrutura urbana. Vivem, assim, distante de seus familiares e entes queridos.

Com a interrupção da vida, os familiares do falecido manifestam o desejo de que o corpo seja sepultado em sua terra natal, próximo aos demais membros da família. Todavia, nem sempre isso é possível,

principalmente por causa dos custos altos do transporte do cadáver. As famílias mais carentes, apesar da tristeza com a perda de um familiar, não podem arcar com o referido transporte, em especial quando é necessário o traslado aéreo, em face da celeridade exigida pela situação.

No que tange ao transporte de órgãos e tecidos, a relevância, para a saúde individual e coletiva, está intimamente associada à resguardar a vida de terceiros que necessitam de transplante. A celeridade do traslado mostra-se primordial para a preservação do órgão ou tecido, de forma a possibilitar o sucesso da intervenção médica citada.

Podemos imaginar, em algumas situações, que os custos incorridos com as passagens aéreas da equipe médica responsável pelos procedimentos de extração e condução de um órgão ou tecido, podem constituir óbice à efetivação de um transplante. Tal obstáculo poderá ser superado, caso exista uma fonte de financiamento, com recursos do Sistema Único de Saúde.

Assim, pode-se concluir que o acolhimento do projeto em comento beneficiará a saúde individual e coletiva, principalmente o sucesso dos transplantes, além de minorar o sofrimento das famílias brasileiras mais carentes.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 4.389, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado CLEBER VERDE
Relator